

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 110 - Brasília, segunda-feira, 6 de novembro de 1995

Senado vota apenas em outubro 45 matérias

Lei de Diretrizes e Bases para a Educação, maior rigor contra o tráfico de influência, planejamento familiar e contribuição para a saúde são alguns dos temas apreciados

Crise na Previdência domina debate no Senado

Um longo debate sobre a crise da Previdência Social e a proposta de reforma do sistema dominou a sessão plenária do Senado na sexta-feira. O debate teve início com discurso do senador Romero Jucá (PFL-RR), que manifestou preocupação no sentido de que a reforma previ-

denciária proposta pelo governo poderá agravar a situação de milhares de aposentados no país. Ele se referia à idéia de desvinculação das vantagens dos servidores aposentados com as dos servidores da ativa.

Jucá reconheceu que a proposta do governo traz mudanças importantes, como a vedação da duplicidade de aposentadorias oficiais, mas defendeu a necessidade de um sistema de proteção dos rea-

justes e vantagens de quem já está aposentado.

Já o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) defendeu a idéia de o governo cobrar uma contribuição sobre o faturamento das empresas, ao lembrar que a seguridade social está em crise no mundo inteiro.

Epitácio Cafeteira (PPB-MA) condenou as "injustiças" contra os aposentados de baixa renda e também propôs que o recolhimento previdenciário incidisse sobre o faturamento.

Para Lauro Campos (PT-DF), os institutos de previdência privada ficam sujeitos a quebras irreversíveis por aplicarem na Bolsa. Ele advertiu que nem todas as pessoas podem pagar sistemas privados.

Muitos projetos que vão alterar a realidade dos brasileiros encontram-se entre as 45 matérias apreciadas pelo plenário do Senado durante o mês de outubro. Entre elas, o estabelecimento de severas punições para o tráfico de influência, a criação de programas de planejamento familiar e esterilização pelo SUS, a instituição de contribuição para financiar a saúde pública, a nova LDB e o parcelamento de dívidas com a Previdência Social. Desde o início do ano, foram votados 488 projetos.

Página 3

Quintanilha: Governo gera crise no campo

Página 4

Senado quer profissionalizar, e não demitir

Página 4

OBRAS INACABADAS

Relatório final sai na sexta-feira

O relatório final da Comissão de Obras Inacabadas do Senado sobre a situação das obras públicas federais que se encontram paralisadas no país será apresentado nesta sexta-feira (dia 10), anunciou o relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), após verificar as obras de construção (foto) do Hospital Infantil de Vilva Velha (ES).

O presidente da comissão, Carlos Wilson (PSDB-PE), diz que o relatório será "da mais alta importância, tanto para os parlamentares quanto para os órgãos públicos".



Valadares cobra redução do Imposto de Renda

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) cobrou do governo o envio imediato de projeto ao Congresso Nacional propondo a redução das atuais alíquotas do Imposto de Renda para as pessoas físicas, a exemplo do que fez em relação às alíquotas pagas pelas empresas.

Valadares lembrou ter sido esta uma promessa do presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda quando ocupava o cargo de ministro da Fazenda no governo Itamar Franco, e que "deve ser cumprida antes que a classe média desapareça no Brasil". Ele referiu-se a notícias de que o Executivo teria desistido de reduzir o IR para as pessoas físicas. O senador Lauro Campos (PT-DF) apoiou a posição de Valadares.

Fogaça defende aprovação do FEF

Senador diz que não existe alternativa para manutenção do Plano Real e alerta que situação das contas públicas é grave

O senador José Fogaça (PMDB-RS) defendeu a aprovação do Fundo de Estabilização Financeira (FEF), sucedâneo do Fundo Social de Emergência (FSE), como o instrumento viável para a manutenção dos avanços proporcionados pelo Plano Real. "Não é o expediente mais desejável, mas não há alternativa", reconheceu o parlamentar.

Fogaça mostrou-se bastante preocupado com a situação das contas públicas do país, nos seus três níveis - federal, estadual e municipal -, e alertou para a escalada do déficit público, que poderá atingir no próximo ano US\$ 3 bilhões. Ele destacou também que o Brasil precisa superar a estrutura deficitária do orçamento e de suas contas.



José Fogaça

Emenda do petróleo em última votação

A proposta de emenda constitucional que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo deve ter sua última votação no Congresso nesta quarta-feira (dia 8), quando os senadores decidem sobre ela em segundo turno. Também na quarta poderá ser votada a emenda do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que autoriza o governo a criar uma contribuição sobre depósitos bancários destinada a financiar programas de saúde.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

14h30 - Preside Sessão não deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

PREVISÃO DOS TRABALHOS PARA A SEMANA

PLENÁRIO

Quarta-feira (08.11.95)

15h30 - Votação em segundo turno das "PECs nº 39/95, que flexibiliza o monopólio estatal do petróleo, e nº 40/95, que dispõe sobre a instituição de contribuição social para o financiamento das ações de serviços de saúde.

COMISSÕES

Terça-feira (07.11.95)

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: A definir. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.164/95, que dispõe sobre o crédito rural, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h30 - Comissão Especial da Reforma Política-Partidária

Pauta: Exposição do ministro da Justiça, Nelson Jobim. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.161/95, que organiza e disciplina os sistemas de controle interno e planejamento e de orçamento do Poder Executivo, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

14h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.152/95, que altera as Leis nºs 8.019/90 e 8.212/91, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.158/95, que dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimento do diretor da Leasecorp, Gilberto Duarte Prado. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.156/95 (reedida da MP nº 1.119/95), que dispõe sobre o valor total anual das mensalidades escolares, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do

relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

17h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.160/95, que altera a redação de dispositivos das Leis nºs 8.112/90 e 8.911/84, para instituir os décimos incorporados, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

17h - Comissão Especial de Reforma do Regimento Interno

Pauta: Apreciação e votação do relatório sobre as emendas apresentadas em plenário ao Projeto de Resolução nº 66/95. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

18h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.159/95, que altera dispositivos da Lei nº 4.024/61, e dá outras providências.

Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.

19h - Comissão de Assuntos Econômicos (extraordinária)

Pauta: Exposição do ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, sobre as relações entre o Sipam e ações de recursos minerais e energia, objetivando a instrução da tramitação da Mensagem nº 284/95, relativa ao Projeto Sivam. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.

Quarta-feira (08.11.95)

9h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimento dos ex-governadores, Pedro Pedrossian e Jaime Campos. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: A definir. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão Especial de Rádio e TV

Pauta: Exposição do diretor-geral da Net do Brasil, Antônio Athayde. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

11h - Comissão Especial do Vale do São Francisco

Pauta: Exposição do secretário especial de Políticas Regionais, Cícero Lucena. Local: Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Quinta-feira (09.11.95)

9h - CPI da Mineração

Pauta: Depoimentos do delegado da Polícia Federal em Minas Gerais, Geraldo Dias Guimarães, do coronel Marcos Ventura Guimarães, do presidente da Coogemig e da Fingamig, Sérgio Casadey Florêncio, e de Antônio Edson Deroma. Local: Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: A definir. Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Educação

Pauta: A definir. Local: Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa.

10h - Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: Audiência pública com o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, que, na ocasião, comunicará a conclusão das obras inacabadas na área da educação. Local: Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.

Sexta-feira (10.11.95)

9h - Comissão encarregada das homenagens a Zumbi

Pauta: Encontro parlamentar pela democracia racial. Local: Auditório Petrólio Portella.

Lauro Campos critica linguagem dúbida do governo

A preocupação do governo em manter duas linguagens, uma versão interna e outra externa, foi criticada sexta-feira



Lauro

pelo senador Lauro Campos (PT-DF) ao comentar a chegada de mais um pedido de licença para se ausentar do país, encaminhado pelo presidente da República.

Segundo Lauro Campos, essa preocupação em criar uma "imagem favorável àqueles que nos dominam" é produto de um narcisismo que domina a sociedade e o próprio governo. "Fernando II vai se parecendo cada vez mais com Fernando I", afirmou Lauro Campos, comparando o atual presidente a Fernando Collor.

Para Jucá, as viagens de FHC beneficiam país

O senador Romero Jucá (RR), falando pela liderança do PFL, disse que o senador Lauro Campos (PT-DF) foi "severo de-



Jucá

mais" ao comparar o presidente Fernando Henrique Cardoso com o ex-presidente Fernando Collor, e ressaltou que as viagens empreendidas pelo presidente são importantes para mudar a imagem do Brasil no exterior.

Para Romero Jucá, o fruto dessas viagens está no ingresso de bilhões de dólares que estão chegando ao Brasil, para incrementar a economia e a indústria. E citou, como exemplo, a aplicação de 6 bilhões de dólares que a Alemanha vai fazer, até o final do século, em dezenas de indústrias brasileiras.

Senado vota 45 matérias apenas no mês de outubro

Entre os temas de maior interesse, estão o planejamento familiar, fim do monopólio do petróleo, LDB e combate ao tráfico de influência

Temas de interesse público relevante, entre os quais o estabelecimento de punições para o tráfico de influência, a criação de programas de planejamento familiar e esterilização pelo SUS, a instituição de contribuição para financiar a saúde pública, o fim do monopólio do petróleo, a nova Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB), o parcelamento de dívidas com a Previdência Social, e normas para a exportação de bens sensíveis estão entre as 45 matérias apreciadas pelo Senado durante o mês de outubro.

No total, foram 150 matérias submetidas ao plenário no segundo semestre deste ano, e 488 desde o início desta legislatura, em 16 de fevereiro. Destas últimas, 264 eram projetos que terminaram sua tramitação no Congresso Nacional ao passar pelo exame

Já foram votados este ano 488 projetos pelo plenário do Senado

dos senadores, sendo transformados em novas normas jurídicas através da sanção presidencial ou da promulgação.

Dentre as propostas aprovadas no mês de outubro, muitas vão alterar a realidade dos brasileiros, como o projeto que permite a criação de programas de planejamento familiar através do SUS. Foi estabelecida a idade mínima de 25 anos para homens e mulheres que já tenham pelo menos dois filhos candidatarem-se à esterilização por vasectomia ou laqueadura tubária. Os programas não poderão servir para o controle demográfico. A matéria vai à apreciação da Câmara.

Foi aprovada também, em primeiro turno, proposta de

MATÉRIAS APRECIADAS PELO SENADO FEDERAL NO 2º SEMESTRE (1ª de agosto a 31 de outubro de 1995)

Projetos aprovados e enviados à sanção	19
Projetos aprovados e enviados à promulgação	58
Projetos aprovados e enviados à Câmara dos Deputados	25
Mensagem relativa a escolha de autoridade	1
Mensagens relativas a escolha de chefes de missões diplomáticas	11
Total de matérias aprovadas	114
Matérias enviadas ao arquivo	36
Total de matérias apreciadas	150

emenda constitucional autorizando a União a instituir contribuição, de no máximo 0,25%, sobre movimentação financeira, cuja arrecadação será destinada ao Fundo Nacional de Saúde. Se aprovada no segundo turno, previsto para esta semana, a matéria vai para a Câmara.

O Senado também aprovou, e enviou à sanção presidencial, projeto de lei de iniciativa da CPI do Caso PC Farias ampliando o conceito de crime por tráfico de influência, e aumentando de um para dois anos a pena mínima. Poderá ser julgado por esse crime não apenas quem realmente obtiver vantagem de funcionário público, mas também quem solicitar ou exigir favorecimento, para si ou para terceiros.

Outra matéria encaminhada à sanção é o projeto que autoriza estados, municípios, pequenas e médias empresas, entidades de assistência social, cooperativas agrícolas, trabalhadores autônomos e assalariados readmitidos a solicitar o parcelamento das contribuições previdenciárias devidas pelos empregadores.

Foi aprovado em primeiro turno, devendo ser submetido a votação suplementar antes de ser devolvido à Câmara, substitutivo ao projeto originário daquela Casa instituindo nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB). A redação preferida pela maioria dos senadores cria a universidade especializada, amplia a autonomia universitária e fixa critérios para tornar mais transparente a aplicação dos recursos públicos na educação.

Além de aprovar nomes de novos embaixadores do Brasil, o Senado efetuou deliberações importantes para a nossa política externa, como a aprovação do projeto que estabelece mecanismos de controle sobre a exportação de *bens sensíveis* - materiais químicos, biológicos e nucleares, de aplicação bélica - votado em regime de urgência para permitir a participação do Brasil em reunião internacional sobre normas de não-proliferação de armas.

As emendas à Constituição sobre gás canalizado, conceito de empresa brasileira, navegação de cabotagem e monopólio das telecomunicações foram aprovadas em agosto. A flexibilização do monopólio do petróleo deve ser votada, em segundo turno, neste dia 7.

Quintanilha culpa governo pela crise no campo

Tentativa dos sem-terra de se apossarem de áreas produtivas preocupa fazendeiros. Senador desconhece projeto de assentamento, promovido pelo governo, que tenha dado certo



Leomar Quintanilha

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) afirmou que, por falta de uma política agrícola, o governo está perdendo o controle da situação no campo. O senador reportou-se à preocupação dos fazendeiros com o fato de, segundo disse, os sem-terra estarem tentando apossar-se de áreas produtivas, afrontando a lei e o direito à propriedade garantido na Constituição.

Quintanilha denunciou a ocorrência de casos em que a

Justiça determina a reintegração de posse aos proprietários de áreas invadidas e depois os sem-terra, em maior número e mais organizados, voltam a ocupá-las.

Na opinião do senador pelo Tocantins, é preciso que o presidente da República encare de frente o problema para definir que papel espera do setor rural. Quintanilha disse não conhecer nenhum projeto de assentamento promovido pelo governo que tenha dado certo.

Natalidade: ingerência em controle preocupa

Ao alertar para os riscos que representam os programas de controle de natalidade promovidos no país por organizações internacionais, o senador Odacir Soares (PFL-RO) manifestou sua apreensão pela recente aprovação no Senado do Projeto de Lei Complementar nº 114/94, que, na sua opinião, "sob o pretexto de regulamentar o dispositivo constitucional sobre planejamento familiar, "induz ao controle da natalidade, legaliza a esterilização e abre caminho para a legalização do aborto". Conforme o senador, o projeto foi inspirado pelo Centro Feminista de Estudos e Assessoria (Cfemea).

Odacir Soares entende que são admissíveis campanhas governamentais voltadas para a estimulação da consciência de que o crescimento populacional desmedido e irresponsável deva ser contido, através de ação persuasória e esclarecedora junto às camadas sociais mais desprovidas de recursos. "Inaceitável é a ingerência de organismos e entidades internacionais em assuntos tão sensíveis e tão privados, como é o caso da política demográfica a ser trilhada pelo Brasil", afirmou.



Odacir

Profissionalização evitará demissões, diz Agacieli

A reforma administrativa proposta pelo governo federal, ora em tramitação na Câmara dos Deputados, vai trazer novas perspectivas para o servidor do Senado Federal - permitindo a reavaliação do perfil profissional e viabilizando a ascensão funcional, através do concurso interno -, segundo afirmou em entrevista o diretor-geral do Senado, Agacieli Maia. Ele acredita que os servidores do Senado não serão atingidos pela principal medida que está sendo proposta pelo governo - o fim da estabilidade, com a demissão por incompetência e excesso de quadro.

Quando os outros órgãos começarem a demitir os servidores porque não estavam organizados, nós vamos demonstrar que o Senado não precisa demitir ninguém, porque o quantitativo e o perfil

dos servidores são adequados às necessidades da Casa - garantiu.

O diretor-geral disse que a preocupação atual é preservar os funcionários dos temores decorrentes da proposta governamental. Isso será conseguido, ponderou, por meio da atualização do histórico de cada servidor, aferindo o potencial de cada um, a partir da escolaridade e da formação profissional, com o eventual remanejamento dentro da estrutura da Casa.

PONTO

Agacieli Maia adiantou ainda algumas medidas que vêm sendo adotadas para modernizar a estrutura administrativa da Casa, como a reintrodução do acompanhamento do ponto. Ele informou que o controle estrito da frequência dos funcionários deverá ser retomado no início do ano, depois de um amplo levan-

tamento da situação dos servidores. Segundo disse, a adoção do ponto é, simplesmente, o cumprimento do Regulamento do Senado, que prevê o controle de frequência.

Apesar de considerar que esse tipo de medida sempre é uma coisa antipática, o diretor-geral do Senado afirma que seu objetivo é "dar argumentos não só para a direção da Casa e para os servidores, mas principalmente para os senadores defenderem os servidores do Senado". Ele adiantou que o controle será feito através de folha individual de frequência, e não por meio de cartão.

De acordo com Agacieli Maia, o objetivo da atual administração é valorizar o servidor do Senado, mostrando à sociedade que os funcionários "são profissionais, responsáveis e dedicados".

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helivaldo Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Alcemar Coelho e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Revisão - Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.